

## O discurso social, o acontecimento discursivo da violência na imprensa e a designação dos sujeitos

*The social discourse, the discursive event of violence in the press and the designation of subjects*

Luiz Augusto ELY<sup>1</sup>

### Resumo

Podemos perceber uma aproximação entre linguagem e violência, de tal sorte que é possível considerar que a mesma língua que divulga, que noticia, também é a língua que fere, que hostiliza: afinal, em uma situação discursiva, nos deparamos com diferentes instâncias, uma vez que as ideias apresentam-se por meio de uma maneira de dizer, que nos remete ainda a uma maneira de ser. Diante disso, pretendemos investigar o acontecimento discursivo da violência na imprensa, de forma a verificar a ocorrência de desigualdades e discursos sociais, bem como analisar de que modo são designados os sujeitos envolvidos nesse processo. Assim, sobretudo a partir da abordagem proposta por Angenot (2012; 2015), buscamos estabelecer reflexões em que o esfacelamento de determinados discursos de convívio social fica evidente, apontando para o empobrecimento do simbólico, e de onde é possível apreender, portanto, a materialização na linguagem de uma atitude perversa.

**Palavras-chave:** Desigualdade. Discurso Social. Sujeito. Violência.

### Abstract

We can perceive a confluence between language and violence, insomuch that it is possible to consider that the same language that discloses and reports, also hurts and harms: though, in a discursive situation, we face different instances, as ideas presents themselves through a way of saying, which also refers to a way of being. Therefore, we intend to investigate the discursive event of violence in the press, in order to verify the occurrence of social inequalities and discourses, as well as to analyze how the subjects involved in this process are assigned. Thus, especially from the approach proposed by Angenot (2012; 2015), we seek to establish reflections in which the disintegration of certain discourses of social interaction are evident, pointing to the impoverishment of the symbolic, and from which it is possible to apprehend, therefore, the materialization in the language of a perverse attitude.

**Keywords:** Inequality. Social Discourse. Subject. Violence.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Área de Concentração em Estudos Linguísticos. E-mail: luizaugustoely@gmail.com

## Introdução

Vivemos em um momento em que os fatos de nossas vidas acontecem de uma forma bastante rápida. Tais fatos, transformados em notícias, correm o mundo praticamente no instante exato em que aconteceram, ou então, logo após de terem acontecido. Além disso, o tempo de nossas vidas não é mais o hoje, mas sim o agora. E o lugar não é mais lá ou ali, mas sim aqui. Envolvidos pelo mundo da informação, muitas vezes uma informação sem densidade, veiculada em quantidade, podemos supor que conhecer e desenvolver habilidades concernentes à comunicação deixou de ser um atributo; passou inclusive a ser algo relativamente banal. Assim, em uma situação discursiva, nos deparamos com diferentes instâncias, uma vez que as ideias se apresentam por meio de uma maneira de dizer, que nos remete ainda a uma maneira de ser.

Desse modo, podemos observar a preocupação de estudiosos, sobretudo ligados às ciências humanas, ao se dedicar a analisar questões relacionadas à violência, com o intuito de procurar compreender esse fenômeno. No campo dos estudos linguísticos, é possível perceber uma relação próxima entre linguagem e violência, não no sentido de determinar as causas de acontecimentos violentos de uma forma geral, mas sim como tais acontecimentos podem se materializar como um efeito de linguagem. Nota-se que parte desses trabalhos está vinculada a uma perspectiva discursiva, uma vez que poderíamos considerar que a mesma língua que divulga, que noticia, também é a língua que fere, que hostiliza.

Então, podemos citar aqui a coletânea de artigos organizada por Lara e Limberti (2015), em que estão presentes análises de Charaudeau, Maingueneau e Possenti, dentre outros pesquisadores, cujos estudos, a partir do contexto da desigualdade, estão vinculados a perspectivas teóricas diversas, atravessando diferentes campos discursivos como a literatura, a mídia, a política, que, no entanto, se aproximam ao abordar a presença do outro diante de questionamentos como, por exemplo, quem é esse outro? O que dizem dele e o que ele diz de si mesmo? Como, enfim, ele se significa e é significado?

Tendo em vista esses aspectos, apresentamos este texto, tomando o acontecimento discursivo da violência na imprensa, de forma a verificar a ocorrência de desigualdades e discursos sociais, bem como analisar de que modo são designados os sujeitos envolvidos nesse processo.

## Contextualização

Em 12 de fevereiro de 2009, o jornal *O Globo* noticiou um suposto ataque de um grupo neonazista a uma brasileira em Zurique, na Suíça<sup>2</sup>. Paula Oliveira, 26 anos, estaria grávida de gêmeos e teria sofrido um aborto por conta da agressão. Além de terem espancado a vítima, os agressores teriam marcado a barriga de Paula com uma inscrição fazendo menção ao partido político suíço considerado como conservador.

No texto veiculado pelo *O Globo* não há qualquer referência à origem de Paula, sendo identificada apenas como uma brasileira que teria sofrido violência por ser estrangeira. Dias depois, descobriu-se que Paula, ao se submeter a exames médicos, não estava grávida e as inscrições em sua barriga teriam sido realizadas por ela própria. Um ponto interessante a se observar é a mudança de perspectiva: de vítima, ela se tornou suspeita; de brasileira, passou a ser identificada como pernambucana, conforme outra matéria veiculada pelo *O Globo* em 26 de fevereiro do mesmo ano.

Por conta desse acontecimento, o colunista da *Folha de S. Paulo*, Elio Gaspari, na sua coluna de 1º de março chama a atenção ao fato, uma vez que, depois de Paula ter admitido perante a polícia suíça de que não teria sido atacada por xenófobos, sua qualificação (e, conseqüentemente, sua designação) se transformou, ou seja, quando a agressão veio à tona, Paula era identificada como brasileira; depois de ter vacilado com a sua argumentação, passou a ser chamada de pernambucana. Assim, podemos perceber que mais que uma notícia de um fato violento, é possível inferir também que a violência se dá pela linguagem, configurando, portanto, uma violência simbólica; além disso, poderíamos supor, segundo Silva, que “essa violência deve emergir por meio de certos mecanismos textuais e discursivos” (2012, p. 23).

---

<sup>2</sup> Este acontecimento, dentre outros, é abordado em análises desenvolvidas em SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

No decorrer de sua análise, o autor constata também que “eis a violência na linguagem, uma instanciação da violência simbólica, operando de modo sutil, porém de uma forma não menos danosa do que a violência física” (SILVA, 2012, p. 87). Podemos apreender, ainda tendo em mente o raciocínio de Silva, que “na medida em que os sujeitos se engajam no mundo simbólico de um modo corpóreo, as palavras que discriminam são também palavras que *ferem*” (2012, p. 155, *itálico no original*).

Com o intuito de reiterar a análise que pretendemos desenvolver, vale relembrar a matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* na data de 06 de abril de 2013. No texto intitulado “O país do autoengano”<sup>3</sup> o jornalista Ivan Marsiglia apresenta uma entrevista com o filósofo e psicanalista André Martins Vilar de Carvalho, que também é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nessa entrevista foram abordados três acontecimentos que se concretizaram de forma sucessiva no Rio de Janeiro: o caso de um estupro de uma turista americana que tinha utilizado o transporte clandestino na cidade do Rio; a manicure que asfixiou um menino de 06 anos de idade com quem convivia; e uma agressão, apontada como a causa da queda de um ônibus coletivo de cima de um viaduto em uma das principais vias da cidade. Ao analisar esses episódios, o psicanalista aponta que, “sob a fachada do ufanismo desenvolvimentista, o Brasil esconde as velhas mazelas de sua modernização imperfeita”. Além disso, não apenas esses, mas também outros acontecimentos semelhantes seriam a expressão de sintomas de um antigo mal-estar de nossa civilização: a violência.

André Martins argumenta que o Brasil vive uma espécie de capitalismo selvagem, que no fundo não quer gastar dinheiro com o social; para ele “tudo é feito hoje no País apenas para montar uma fachada que esconde nossos problemas mais profundos”. Avançando com a sua análise, o psicanalista pondera que a violência que transborda nesses exemplos trágicos é proveniente de indivíduos que refletem um descaso social como um todo, e ainda, de que não dispomos de um pacto social e de que não há um discurso de construção, de fato, de um país para todos. Poderíamos dizer, em outras palavras, que o que se percebe é uma falta de identificação com o outro, conforme aponta Martins. Para ele, essas pessoas manifestam perversidade e indiferença para com o outro.

---

<sup>3</sup> MARSIGLIA, Ivan. O país do autoengano. *O Estado de S. Paulo*, 06 abr. 2013. Suplementos. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-pais-do-autoengano,1017818,0.htm>. Acesso em: 18 jun. 2013.

Diante desse breve panorama, portanto, é que apresentamos este trabalho, em que, a partir de uma leitura do social, pretendemos desenvolver reflexões sobre essa temática - linguagem e violência, no sentido de procurar investigar como são designados os sujeitos envolvidos nesse processo e, ainda, os mecanismos que fazem com que possa se materializar o acontecimento discursivo da violência, uma vez que o discurso é algo que estabelece laço social, de modo que o estudo estará embasado no âmbito teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD), conforme abordaremos no tópico a seguir, acerca da fundamentação teórica que sustentará a análise que buscamos elaborar.

## **Fundamentação teórica**

A Análise do Discurso surgiu como campo do saber constituindo-se como uma possibilidade de entender o fenômeno linguístico para além da estrutura gramatical, dando início à reflexão dos estudos linguísticos que abrangessem, dentro das análises a propósito da língua, o sujeito, inserido na história e portador de subjetividade. Dessa forma, essa perspectiva buscava entrelaçar, então, língua - ideologia - história, reconhecendo o sujeito inscrito no tempo e no espaço. Esse novo campo vai elaborar um novo objeto de análise: o discurso, objeto que resulta da articulação entre o linguístico e o histórico, que nos apresentará um lugar possível de debates teórico-metodológicos, a partir de uma abordagem organizada sobre um “tripé”, em que seriam convocados conceitos de uma teoria linguística, de uma teoria da história e de uma teoria do sujeito, especialmente aquela focalizada pela psicanálise. Nas palavras de Maingueneau,

a “Escola francesa de análise do discurso”, muito influenciada pelo marxismo de Althusser e pela psicanálise de Lacan, quebrava a continuidade dos textos para estabelecer conexões invisíveis e revelar assim o trabalho de uma espécie de inconsciente textual. Este procedimento da análise do discurso acreditava produzir uma “ruptura epistemológica”, contribuindo para construir uma verdadeira ciência da ideologia, fundada simultaneamente sobre a linguística estrutural, sobre o marxismo e sobre a psicanálise (2006, p. 26).

Assim, a AD se constituiu como uma possível releitura, como uma reinterpretção das questões que tocam o discurso a partir das teses marxistas, segundo

as quais o modo de produção da vida material domina o desenvolvimento social, político e intelectual de uma sociedade na qual a economia se configuraria como fator preponderante de formações sociais, determinando relações de dominância e de dominação. Se refletirmos dessa forma, podemos considerar, então, que formações econômicas regem formações sociais; estas, por sua vez, projetam formações ideológicas que influenciarão as formações discursivas, responsáveis por nos mostrar o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição, em uma dada conjuntura.

Diante dessas considerações, temos um novo cenário de estudos acerca da linguagem, em que novos conceitos deverão ser levados em conta quando se propuser uma análise a respeito da língua. Esta deverá ser não uma análise apenas de sua estrutura, mas, sobretudo, de sua relação com a história, de sua materialidade, de sua interação com o outro, de sua constituição de sentidos. Também reforçando essa perspectiva, Maingueneau afirma que

é tão impossível tratar com alguma precisão da discursividade a partir de uma posição de exterioridade absoluta, capaz de totalizá-la sob o olhar, quanto refletir sobre um número limitado de discursos sem tratar, mesmo que indiretamente e com regras diversas, de todos os discursos [...] Para nós, desde que os corpora de referência ocupem uma posição estratégica e que a reflexão se desenvolva num plano de generalidade suficiente, devemos resignar-nos a falar de todos os discursos falando apenas de alguns, mas também a falar apenas de alguns pensando falar de todos (2005, p. 27-28).

Em outras palavras, para Maingueneau, é necessária a tarefa de reconhecer que a noção acerca do(s) discurso(s) “contém em si uma ambigüidade constitutiva: é ao mesmo tempo um *objeto* e um *ponto de vista* sobre esse objeto, ao mesmo tempo certo domínio empírico e certa maneira de abordá-lo” (2008, p. 136, *itálico no original*).

Desse modo, podemos recorrer às reflexões de Dias (2008), que, ao estabelecer um estudo linguístico-discursivo a partir de matérias veiculadas pelo jornal *Notícias Populares*, permite “perceber as diferentes formas de manifestação da violência - um fenômeno de difícil identificação, ainda que constante em nossa sociedade” (p. 12).

Para a autora, “o jornal à semelhança de outros bens, materiais e/ou simbólicos, pertencentes às diferentes classes sociais, é revelador dos valores e preocupações dos grupos” (DIAS, 2008, p. 47), afinal, ainda segundo ela, é possível afirmar que o jornal,

diante da atividade de elaboração e circulação de textos, colabora também “registrando a violência dos fatos com a violência do discurso” (DIAS, 2008, p. 96).

No decorrer de sua análise, a autora aponta que

pelo exposto vemos que a violência, ou o ato violento, dada as suas diversas manifestações, nem sempre é facilmente identificável como tal, daí a polêmica em torno do tema. Um estudo que nos permita ampliar o conceito de violência para além das fronteiras de suas mais óbvias manifestações (criminalidade, tortura, assassinato, opressão, guerra, terrorismo etc.) fez-se necessário para o desenvolvimento de nossas reflexões (DIAS, 2008, p. 101).

É nesse sentido, portanto, que apresentamos este texto, como uma proposta de articulação entre linguagem e violência, e embasados pela teoria de discurso e enunciado da Análise do Discurso, de tal sorte que, tendo em vista os procedimentos teórico-metodológicos que conduzirão o trabalho, pode-se afirmar que o estudo será de natureza qualitativa, sendo privilegiadas a descrição e interpretação dos dados, uma vez que

relacionar a questão da violência a situações de dominação (social e política) implica observá-la sob a ótica do poder. Numa sociedade com antagonismos sociais, a violência reveste-se de um caráter de classes. Nesse sentido, a apreensão bem como a avaliação da violência nunca são neutras, prendendo-se a valores segundo os quais os indivíduos se distinguem e se contrapõem (DIAS, 2008, p. 104).

Tendo isso em mente, no sentido de articular um paralelo entre a concepção de língua(gem) introduzida pela teoria do discurso e a análise que pretendemos desenvolver, é que apresentamos este texto, de modo que uma possibilidade de empreender a análise desejada seria a partir desses aspectos que são debatidos no campo da Análise do Discurso, afinal, acreditamos que esta seria uma maneira de abordar o acontecimento discursivo da violência e, também, como são considerados os sujeitos envolvidos nesse fenômeno.

## O discurso social, o acontecimento discursivo da violência na imprensa e a designação dos sujeitos

Para empreender nosso gesto de análise, lançaremos mão de Angenot e de sua concepção acerca do conceito de “discurso social”, uma vez que se propõe a estabelecer discussões que possam ressaltar a presença constante do desentendimento entre os homens e indicam seu papel e seu valor na construção dos laços sociais. Para o autor, elege uma época, circunscrita ao seu tempo e ao seu espaço e, além disso, buscar elaborar uma análise a propósito de tudo que se publicou durante esse período, permite dizer então que se está diante de uma manifestação concreta do discurso social, em que se pode apontar tudo aquilo que, em uma conjuntura particular, se pode pensar e escrever a respeito. Para Angenot,

O discurso social é o meio obrigatório da comunicação e da racionalidade histórica, assim como seu domínio é o instrumento de prestígio social para alguns, de modo análogo à conquista e manutenção da riqueza e do poder. [...] O discurso social “tem resposta pra tudo” aparentemente permite-nos falar de tudo. É exatamente assim que ele constitui a própria existência do que não pode ser dito, que, por sua vez, se torna o que não pode ser pensado (isto é, o que passa a ser: absurdo, infame ou quimérico) (2015, p. 29).

Considerando estes aspectos, ainda tendo em vista a abordagem proposta por Angenot, podemos perceber que

A crítica do discurso social buscaria apreender e analisar em sua *totalidade* a representação discursiva do mundo tal como ele se apresenta num estado de sociedade; tal produção compreende o sistema completo de “interesses” de que uma sociedade está então dotada. Tratava-se de construir uma problemática e uma metodologia capazes de fazer compreender a totalidade do que se escreve, do que se imprime e se difunde num dado momento e num estado da sociedade “moderna”. Procurávamos considerar na sua totalidade o imenso rumor do que se diz e do que se escreve num dado momento, abrangendo todos os setores, todas as disciplinas e todos os “campos” discursivos (2015, p. 51, *itálico no original*).

Para o autor, se propor a pensar a respeito de tais questões é historicizar os discursos, compreender de quais limites pensa e escreve uma sociedade determinada e,

além disso, refletir acerca da noção de discurso social é abordar os discursos como feitos sociais e, a partir disso, como feitos históricos. Segundo Angenot,

El discurso social - si acaso tiene alguna relación con la lengua *normativa*, la 'lengua literaria' de una sociedad - no tiene relación con la 'lengua' de los lingüistas. Si bien el discurso social es la mediación necesaria para que el código lingüístico se concrete en enunciados aceptables e inteligibles, la perspectiva sociodiscursiva permanece heurísticamente alejada del ámbito de la lingüística. Ambas perspectivas parecen irreconciliables, y el análisis de los lenguajes sociales es antagonista (como, según mi parecer, demuestra toda la investigación contemporánea) de la descripción de 'la lengua' como un sistema cuyas funciones sociales deben ser, en cierto modo, neutralizadas, *escotomizadas*. Sin embargo, el discurso social, al igual que el 'código' lingüístico, es aquello que *ya está allí*, aquello que informa el enunciado particular y le confiere un estatus inteligible (ANGENOT, 2012, p. 23-24, itálico no original).<sup>4</sup>

Segundo esse raciocínio, e tendo em vista que as ideias e os discursos são feitos históricos, Angenot aponta que não se pode ter qualquer crença ou opinião em qualquer momento e em qualquer cultura. Em cada época reina uma hegemonia do que se pode pensar e uma série de regras que estabelecem modos legítimos de argumentar e narrar. Diante disso, para o autor,

Los géneros canónicos del discurso social hablan a um destinatário implícito, también legitimado, y no hay mejor manera de legitimarlo que darle 'derecho de fiscalización' sobre los que no tienen derecho a la palabra: los locos, los criminales, los niños, las mujeres, la plebe campesina y urbana, los salvajes y otros primitivos (ANGENOT, 2012, p. 42).<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> O discurso social - se é que tem alguma relação com a língua *normativa*, a 'língua literária' de uma sociedade - não tem relação com a 'língua' dos linguistas. Embora o discurso social seja a mediação necessária para que o código linguístico seja incorporado em enunciados aceitáveis e inteligíveis, a perspectiva sociodiscursiva permanece heurísticamente removida do escopo da linguística. Ambas as perspectivas parecem inconciliáveis, e a análise das linguagens sociais é antagonista (como, em minha opinião, toda pesquisa contemporânea mostra) da descrição da 'linguagem' como um sistema cujas funções sociais devem ser, de certo modo, neutralizadas, *escotomizadas*. No entanto, o discurso social, como o 'código' linguístico, é o que *já existe*, o que constitui a afirmação particular e lhe confere um status inteligível (Tradução nossa, itálico no original).

<sup>5</sup> Os gêneros canônicos do discurso social falam de um destino implícito, também legitimado, e não há melhor maneira de legitimá-lo do que dar-lhe o 'direito de controle' sobre aqueles que não têm o direito à palavra: os loucos, os criminosos, as crianças, as mulheres, os camponeses e os plebeus urbanos, os selvagens e outros primitivos (Tradução nossa).

Ao considerar, assim, aqueles que não têm “direito à palavra” - os loucos, os criminosos, as crianças, as mulheres - conforme podemos apreender a partir do pensamento apresentado por Angenot, é que intentamos investigar o acontecimento discursivo da violência na imprensa, de forma a verificar a ocorrência de desigualdades e discursos sociais, bem como analisar de que modo são designados os sujeitos envolvidos nesse processo. Relataremos, então, alguns episódios que podem nos auxiliar na compreensão desse(s) acontecimento(s).

No intuito de ilustrar a abordagem que pretendemos desenvolver, apresentaremos aqui um breve exemplo<sup>6</sup>. Na noite de quinta-feira, dia 28 de agosto de 2014, em uma partida de futebol pela Copa do Brasil, disputada entre Grêmio e Santos, o goleiro do time paulista foi alvo da torcida do time gaúcho, sendo chamado de macaco por ser negro. Entre os torcedores identificados estava Patrícia Moreira da Silva, de 23 anos. Convocada a prestar depoimento em uma delegacia de polícia em Porto Alegre, sob a alegação de ter cometido crime de injúria racial, Patrícia declarou que não tinha a intenção de xingar, de ofender o goleiro Aranha; somente repetiu o que todos estavam dizendo naquele momento. Ao final de seu depoimento, durante uma entrevista concedida à imprensa ainda na delegacia, a torcedora, em meio a lágrimas, pede desculpas em público e afirma que não é racista; agiu apenas em amor ao seu time de futebol.

Quando nos deparamos com as declarações de Patrícia, podemos perceber que ela não queria ser racista, mas foi. Não queria dizer, mas disse. Então, quando confrontada com as consequências de seus atos, ou de suas palavras, ela chora, afirmando que não é racista, apesar de chamar Aranha, o goleiro do Santos, de macaco. Ou seja, neste caso, especificamente, a torcedora se vale do seu amor ao seu time de futebol como argumento para justificar uma agressão, uma violência (simbólica), um crime contra outra pessoa, transparecendo um efeito discursivo que beira o cinismo, no sentido de procurar atestar sua atitude e não importando, desse modo, o outro. É possível perceber, então, que não importa a agressão, a violência contra o outro, mesmo por meio de palavras; o que importa é que eu não queria dizer, mesmo tendo dito.

---

<sup>6</sup> Relatamos esse exemplo com base em notícia veiculada pelo jornal Zero Hora: Aranha perdoa torcedora, mas diz que ela “vai ter que pagar”. **Zero Hora**, 06 set. 2014. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/gremio/noticia/2014/09/aranha-perdoa-torcedora-mas-diz-que-ela-vai-ter-que-pagar-4592764.html>. Acesso em: 09 abr. 2015.

Na sua edição de março de 2018, a *Revista Cult*<sup>7</sup> veiculou um dossiê, intitulado “A violência como ordem”, composto de cinco artigos em que, motivados pela intervenção federal e militar no Estado do Rio de Janeiro efetivada pela Presidência da República a partir de fevereiro de 2018, fica evidente o contexto de violência em que o Brasil está imerso. Segundo os textos publicados pela revista, é possível apreender que “a brutalidade cotidiana, no entanto, afeta cada grupo de população de modos distintos, tornando também explícito quais são as vidas mais ou menos vulneráveis num contexto em que a força policial é distribuída conforme interesses políticos” (p. 21).

Nas análises desenvolvidas nos artigos, é apontado, por exemplo, que um jovem negro ou pardo tem 147% de chances a mais que um jovem branco ou amarelo de ser assassinado; além disso, também são mostrados aspectos de um racismo institucionalizado em que é evidenciado quem vai para a cadeia e quem vai para a universidade, quem é obrigado à anulação civil e quem possui o direito de legislar em causa própria. Ainda são apresentados elementos a propósito de quem pode ser configurado como sujeitos “matáveis” de um lado, e quem são os sujeitos “protegidos” de outro, demonstrando que o inimigo foi determinado e ele vive nas favelas. Para quem se encontra do lado matável, são mencionadas as mães que tiveram seus filhos mortos pela polícia, em que são confrontados os argumentos do discurso oficial daqueles que foram “mortos em confronto” ou pelas “balas perdidas”. Há também uma breve análise acerca de “vidas que, quando perdidas, sequer são lamentadas e é justamente sobre tais vidas que a política como violência recai de modo mais direto” (CULT, 2018, p. 21).

Ou seja, ainda que não tenhamos nos textos veiculados pela *Revista Cult* a abordagem de sujeitos de uma forma violenta, por meio da linguagem, tais textos nos permitem pensar, desse modo, que temos em circulação um certo discurso de ódio, em que o ódio é o discurso de superfície que impede a construção de laços, seja no dia a dia da população brasileira em suas cidades, seja no retrato que se faz desses indivíduos na/pela imprensa, apontando a visão de entidades políticas e militares, assim como instituições financeiras e sociais, que transformam a vida de algumas populações em algo descartável, com validade vencida.

---

<sup>7</sup> CULT - REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA. São Paulo: Editora Bregantini, ano 21, nº 232, mar. 2018.

Nesse sentido, a partir destes episódios, seja envolvendo a torcedora Patrícia e o goleiro Aranha, seja aquele em que temos a mudança da designação de Paula pela imprensa, passando a ser referida não mais como brasileira mas como pernambucana, é possível apreender, por exemplo, um certo ensurdecimento de suas palavras, bem como um apagamento de sua existência, uma vez que ainda que possivelmente tenha sido confrontada com a validade de seus argumentos, ela tem a sua qualificação, a sua designação alterada pela imprensa brasileira. Ou seja, considerando essa suposta alteração que, em um primeiro momento, pode até ser entendida como inocente, temos uma “nova” construção de sua identidade, porém, identidade essa com efeito de desqualificá-la, de a fazer existir em uma perspectiva menosprezada, ou até mesmo insignificante. Esse acontecimento se assemelha, ainda que em proporções distintas, àqueles trazidos e debatidos pela *Revista Cult*, em sua edição de março de 2018, comentados anteriormente, em que temos não só a passagem de indivíduos tidos como “alguém”, para os que são considerados “ninguém”, afinal, segundo a Revista, há a separação entre os que merecem ser protegidos e os que são julgados matáveis; entre aqueles que têm o direito a frequentar uma universidade e os que merecem tão somente a prisão.

Ao tomarmos como parâmetro a agressão da torcedora do time de futebol ao goleiro do time adversário ao dela, é possível perceber que ao ser confrontada com as consequências de suas ações, ela transmite uma imagem não apenas infantil, ao argumentar em meio a lágrimas de que agiu como agiu apenas em amor ao seu time e, além disso, de que havia proferido o insulto já que todos à sua volta faziam o mesmo, mas de forma dissimulada, uma vez que não queria ofender, que não queria xingar, que, enfim, não era racista ao se dirigir a um homem como sendo um macaco.

## **Considerações finais**

Tendo em vista esses aspectos, e com base na abordagem de Angenot, uma vez que este autor se propõe a estabelecer discussões que possam ressaltar a presença constante do desentendimento entre os homens e indicam seu papel e seu valor na construção dos laços sociais, fica evidente, portanto, o esfacelamento de determinados discursos de convívio social, em que sujeitos, valendo-se de formulações equívocas em

seus próprios atos de fala como forma de justificativa para suas ações violentas, apontam para o empobrecimento do simbólico, materializando na linguagem uma atitude perversa.

Tal materialização pode ser apreendida a partir do acontecimento envolvendo, por exemplo, a brasileira que teria sido supostamente agredida na Suíça que, ao ter o seu caso noticiado e divulgado pela imprensa no Brasil, tem alterada a sua perspectiva de ter relatado tal acontecimento, sendo designada não mais como uma brasileira, mas como pernambucana. Em um primeiro momento, pode-se pensar que não temos grandes diferenças, afinal, os dois adjetivos se referem àquele que nasceu em território brasileiro, assim como àquele nascido no Estado de Pernambuco, respectivamente. No entanto, é sabido que quando se quer desqualificar algum indivíduo, sobretudo aqueles que têm como origem algum Estado da região Nordeste do Brasil, há uma certa preferência em mencionar com uma dada ênfase o adjetivo que aponta para essa origem.

Nota-se, no caso envolvendo o goleiro e a torcedora do time de futebol que, ao se dirigir ao jogador, se referindo a ele como macaco por ser negro, ao ser confrontada com as consequências não apenas de seus atos, mas de suas palavras, ela se percebe preconceituosa e tenta, sem obter grandes sucessos, justificar suas palavras dizendo que não é racista, que agiu “apenas” movida pelo amor que sente ao seu time de futebol. Temos, então, ainda que sucintamente, elementos concretos conforme pondera o psicanalista André Martins, em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, que de forma recorrente há uma falta de identificação com o outro, em que se manifestam perversidade e indiferença para com o outro e, diante do que buscamos investigar, estas perversidade e indiferença se dão também pela e na língua(gem).

## Referências

ANGENOT, Marc. **El discurso social**: los límites históricos de lo pensable y lo decible. Tradução de Hilda H. Garcia. 1ª ed. 1ª reimp. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização de Carlos Piovezani. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2015.

DIAS, Ana Rosa Ferreira. **O discurso da violência**: as marcas da oralidade no jornalismo popular. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LARA, Gláucia Proença; LIMBERTI, Rita Pacheco. (Orgs.). **Discurso e (des)igualdade social**. São Paulo: Contexto, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Tradução de Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.

\_\_\_\_\_. Discurso e Análise do Discurso. In: SIGNORINI, Inês. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 135-155.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

SILVA, Daniel do Nascimento e. **Pragmática da violência: o Nordeste na mídia brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.